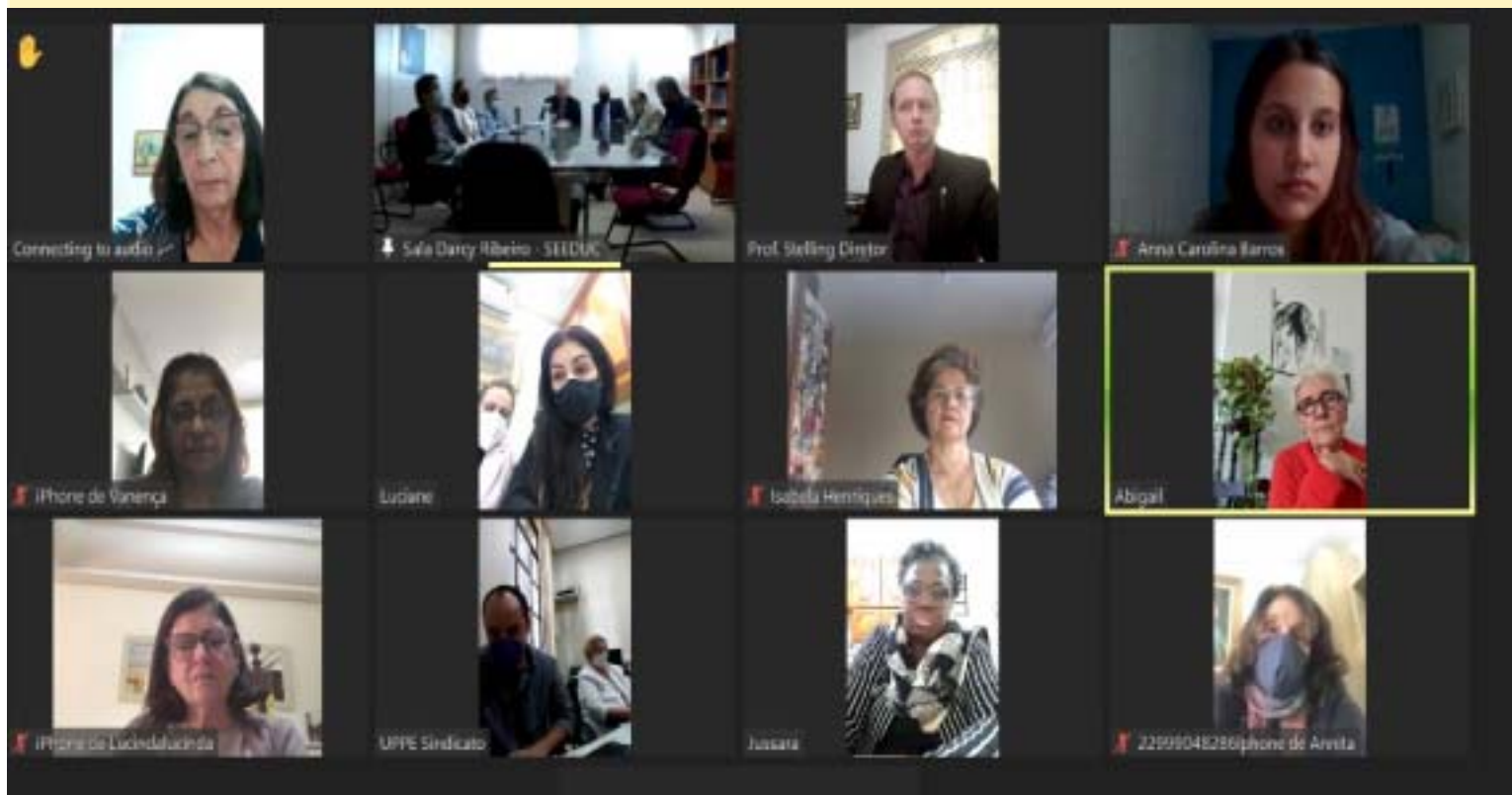


Magistério Público precisa ser valorizado

UPPE-Sindicato tem reivindicado, nas diversas esferas do poder público, a valorização do professorado fluminense, que caminha para o oitavo ano sem recomposição salarial. Entidade tem trazido a conhecimento público o cenário caótico da educação, e a situação dos educadores, que dedicaram anos de sua vida à construção da sociedade e, hoje, passam por dificuldades para suprir necessidades básicas.



Alerj aprova 23% de recomposição salarial acumulada



A Alerj aprovou substitutivo do projeto de lei que prevê 23% de recomposição salarial acumulada para os servidores públicos estaduais dividido em três parcelas percentuais. **Página 5**

Rioprevidência

Prova de Vida suspensa em 2021

Mais detalhes na [página 7](#)

Diretoria se reúne com o secretário de Educação, Alexandre Valle

Diretores da UPPE-Sindicato se reuniram com o secretário estadual de Educação, Alexandre Valle, por videoconferência, em 6 de julho, e apresentaram ao chefe da pasta as principais reivindicações da categoria. **Página 3**

UPPE-Sindicato na sua região



Como legítimo representante dos professores e especialistas em Educação, no estado do Rio de Janeiro, a UPPES possui representação em todo território fluminense. **Veja mais na página 10**

Artigo



Presidente da UPPES alerta para cenário alarmante da Educação

Educadora aborda os desafios do Novo Ensino Médio e a desvalorização do magistério. **Página 2**

Comte Bittencourt se despede da Seeduc e reconhece atuação da UPPES



O ex-secretário de Educação do Estado, Comte Bittencourt, se reuniu com membros da diretoria da UPPES, por videoconferência e fez um balanço dos seus oito meses de gestão à frente pasta. **Página 7**

Nota de repúdio: UPPES critica possibilidade de taxação de aposentados e pensionistas

Diretoria da entidade se pronunciou diante da informação de que aposentados e pensionistas que recebem até três salários mínimos serem taxados pelo governo. **Página 4**

Alerta de fraude - Departamento Jurídico (Sede) orienta professores sobre golpes - **Página 11**

Diretor da UPPES defende a valorização do magistério em audiência pública da Alerj - **Página 9**

Cenário alarmante para a educação brasileira

Teresinha Machado da Silva - Presidente da UPPE-Sindciato

No último dia 14, foram lançadas as ações previstas para o Novo Ensino Médio pelo ministro da Educação, Milton Ribeiro. Durante o evento, foi anunciado o cronograma de implementação do projeto que abrangerá todas as escolas públicas e privadas do país.

O currículo do Novo Ensino Médio será norteador pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória e comum a todas as escolas (da educação infantil ao ensino médio) e a qual define as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os

ficativas na organização do Ensino Médio, onde apenas língua portuguesa, matemática e inglês serão disciplinas obrigatórias. O Currículo ficará dividido em duas partes: a primeira será comum a todos os estudantes e a outra será dividida no que o artigo 36 da referida lei chama de “itinerários formativos”, que se desdo-

relacionadas à sua formação, mas sem a exigência de uma licenciatura, o que agravará ainda mais os problemas atinentes à formação básica dos jovens, os danos epistemológicos e os prejuízos no processo de construção de conhecimentos. É inegável que a formação do professor é indispensável tendo em vista que

professor, já conhecida pelos salários exíguos e pelas condições precárias de infraestrutura que enfrentam, será ainda mais agravada. Diante do déficit histórico e estrutural de recursos humanos nas escolas públicas, não é difícil prever o cenário nessas instituições. Os quadros de educadores tendem a serem

no orçamento.

Conforme noticiado na mídia, na última semana, um relatório do Banco Mundial concluído no primeiro trimestre deste ano aponta um cenário alarmante para a educação brasileira. Ao se debruçar sobre o cenário de abandono escolar na América Latina, projeta que o número de crianças e adolescentes fora da escola, no Brasil, subiu 12%, em 2020. Isso significa que 172 mil crianças e adolescentes de 6 a 17 anos pararam de estudar não só devido às condições econômicas, mas, principalmente, devido às condições acadêmicas, notadamente as especificidades do ensino remoto, as principais responsáveis pelo aumento da evasão e pela exclusão digital.

É preciso assegurar o direito do aluno de aprender todas as disciplinas pela oferta de uma escola de qualidade para todos. A organização com ênfase de escolha para uma ou outra área contraria tanto a Constituição Federal quanto a LDB, que asseguram o desenvolvimento pleno do educando e a formação comum como direito. Entendemos que, amparados nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que, sendo a última etapa da educação básica, se assegure a todos o acesso a uma formação humana integral, que busque garantir o pleno desenvolvimento intelectual dos estudantes.



“

A desvalorização do professor, já conhecida pelos salários exíguos e pelas condições precárias de infraestrutura que enfrentam, será ainda mais agravada.

”

estudantes, abrangendo as 4 áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de educação básica. Essa reforma trouxe alterações signi-

ficativas em: 1) linguagens e suas tecnologias; 2) matemática e suas tecnologias; 3) ciências da natureza e suas tecnologias; 4) ciências humanas e sociais aplicadas e 5) formação técnica e profissional.

A nosso ver, a principal questão a ser destacada, neste primeiro momento, é que ao contrário do que o governo divulga, os itinerários formativos não serão, necessariamente, escolhidos pelo estudante. Serão contemplados conforme as condições da escola em ofertá-los. A premissa de escolha, especialmente em escolas públicas, portanto, é um engodo. Outro fator que muito nos preocupa é a autorização para que profissionais com “notório saber” possam dar aulas de conteúdos em áreas

há saberes e competências que são específicos da docência. Ensinar bem uma matéria não requer apenas saber o conteúdo, é preciso compreender o complexo pro-

“

Preocupa-nos, dentre tantas questões, se haverá igualdade entre as redes pública e privada,

”

cesso ensino-aprendizagem. Por isso como aceitar um “notório saber” desprezando a formação docente?

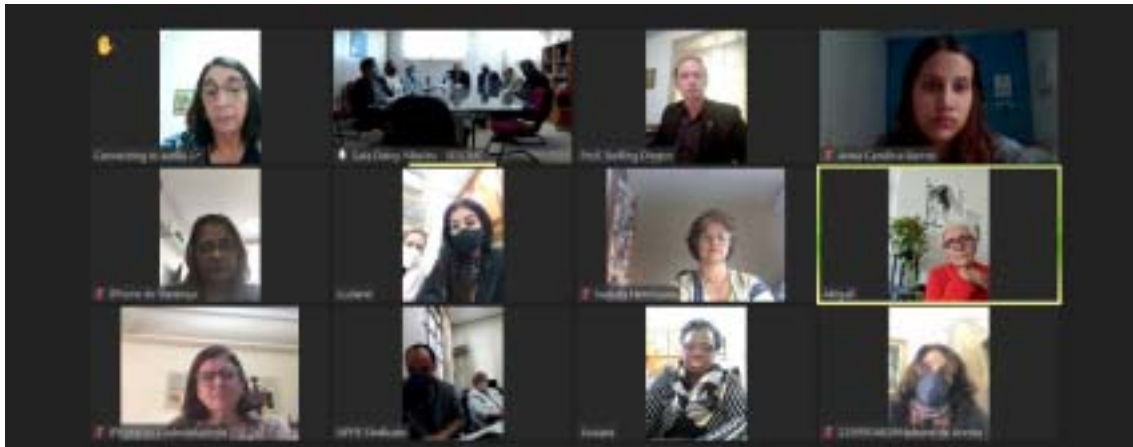
A desvalorização do

reduzidos, uma vez que basicamente não precisarão de professores em sala de aula, até mesmo para os componentes curriculares de português e matemática, pois a reforma visa oferecer conteúdos curriculares a distância, diminuindo a necessidade de professores em sala de aula.

Preocupa-nos, dentre tantas questões, se haverá igualdade entre as redes pública e privada, se a atual discrepância existente entre as redes não se ampliará, uma vez que o ensino remoto representou maior precarização do trabalho do docente, mostrou-se pedagogicamente ineficiente, excludente e trouxe danos irreversíveis à educação, essa que sofre, há décadas, com cortes sucessivos

Diretoria da UPPEES se reúne com novo secretário de Educação

Representantes do sindicato participaram de reunião, por videoconferência, com o novo secretário estadual de Educação, Alexandre Valle, e apresentaram as principais reivindicações do magistério



Durante a reunião com o secretário estadual de educação, Alexandre Valle, a diretoria apresentou as principais demandas da categoria

A diretoria da UPPE-Sin dicato participou de reunião com o novo secretário estadual de Educação, Alexandre Valle, e equipe da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), no dia 6 de julho, por vídeo conferência. Durante o encontro, os representantes da categoria apresentaram pauta de reivindicação do professorado fluminense. O diretor de Relações Públicas e Divulgação da UPPEES, Raymundo Nery Stelling Junior, apresentou ao chefe da pasta um breve histórico da entidade e suas características de atuação pautadas na luta e diálogo, ao longo dos seus 75 anos de história.

De acordo com o educador, o principal foco de tra-

balho do sindicato é a valorização do magistério público e a educação. “Nosso objetivo maior é propiciarmos a possibilidade de uma educação que seja, cada vez mais, qualitativa para o bem dos nossos jovens, para o bem do estado e do Brasil”, frisou.

Representando a presidente da UPPEES, Teresinha Oliveira Machado da Silva, a professora Luciane Azevedo destacou a necessidade de recomposição salarial para os professores da rede estadual. Segundo ela, essa questão tem preocupado a diretoria do sindicato, tendo em vista os quase oito anos de congelamento salarial e a alta do custo de vida. “Os professores estão, desde 2014, sem nenhum reajuste e

nem mesmo a recomposição das perdas inflacionárias. Isso tem levado muitos professores a não conseguirem honrar com seus compromissos, uma vez que há um déficit de, aproximadamente, 45% no salário. Sabemos que o Estado se encontra no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), desde 2017, que tem, entre suas regras, a proibição de aumento para os servidores públicos. Contudo, o que estamos pleiteando não é reajuste, mas sim algo que, mesmo com a vigência do regime, pode ser ofertado que é a recomposição das perdas inflacionárias”, afirmou.

De acordo com a sindicalista, a UPPEES tem externado, recorrentemente, a sua preocupação em relação

aos aposentados, pois eles não recebem nenhum tipo de gratificação. “Recentemente, os professores da ativa tiveram o reajuste do auxílio-alimentação, mas os aposentados não recebem nenhum auxílio, nenhuma gratificação e são pessoas que não têm mais como trabalhar ou tentar outra atividade para a complementação do seu salário”, assinalou.

A primeira é tentar trabalhar na perspectiva de melhorar o piso da categoria que está muito defasado”, assinalou.

Em relação às progressões do Plano de Carreira do Magistério, o chefe da pasta ressaltou que a Seeduc tem trabalhado a respeito, pois a mesma encontra-se suspensa em virtude de decreto federal, em razão da pandemia. Mas, segundo ele, o principal debate, atualmente, é a recomposição salarial. “O cerne da questão é o reajuste salarial, a gente sabe que o que é colocado aqui (referindo-se à pauta) é verdadeiro. Estamos falando de um período de tempo, muito longo, sem nenhum tipo de reajuste, que na verdade é uma recomposição das perdas, lá de trás. Estamos buscando os níveis salariais que tinham, há oito anos, e tentando recompor para a realidade de hoje”, salientou. O secretário assinalou que o estudo já está pronto e que pretende tratá-lo com o governo a melhor maneira de colocar em prática, pois o Estado já atingiu o limite de gasto exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Recomposição salarial em estudo

O secretário estadual de Educação, Alexandre Valle, afirmou que, ao assumir a pasta, também foi surpreendido pela defasagem salarial do professor da rede. “A gente sabe que tem a questão do RRF e da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que é outra barreira que nós temos de superar. Nós temos, hoje, dois grandes obstáculos, pois o regime que está implantado é bem mais duro que o anterior, mas isso tudo já é objeto de conversa e o governo está sensível, no ponto de vista da gente superar esse obstáculo. O recurso, por incrível que pareça, a secretaria tem e estamos com a proposta pelo conjunto de medidas.

Acesse a pauta completa da reunião em: www.uppes.com.br

Departamento Jurídico

Dr. Alexandre Machado
OAB/RJ 66083

DEFESA DO CONSUMIDOR, JUIZADOS
ESPECIAIS E OUTROS SOB CONSULTA

Casa do Professor

Telefone: (21) 2617-6316; Estrada Caetano
Monteiro, 4.550 - Pendotiba, Niterói-RJ.

Nota de repúdio - Possibilidade de taxaço de servidores aposentados e pensionistas

A União dos Professores Públicos no Estado – Sindicato (UPPES) repudia, veementemente, a possibilidade de taxaço de servidores públicos aposentados e pensionistas.

Em notícia publicada no jornal O Dia, de 28 de julho, foi apontado que o Governo do Estado considera taxar aposentados e pensionistas, que recebem entre um e três salários mínimos. Tal fato demonstra que não há, por parte do governador e seus pares, o compromisso com a valorização dos servidores públicos estaduais.

A UPPE-Sindicato, representante dos professores e especialistas em educação no estado do Rio de Janeiro, tem reivindicado, nas mais diversas esferas do poder público, a devida valorização salarial do professorado fluminense e a recomposição das perdas inflacionárias, que não acontece, há sete anos.

É inadmissível que se planeje retirar, ainda mais, do tão defasado salário da categoria. Depois de anos sem reajuste, a medida representaria a retirada do pão de cada dia da mesa dos tão sofridos trabalhadores do serviço público. Atitudes governamentais dessa magnitude trazem o alerta aos educadores, para que, nos períodos eleitorais, saibam em quem depositam a confiança de seus votos. É necessário que os governantes eleitos tenham comprometimento com a causa pública.

Defendemos que tal ato não se concretize e continuaremos lutando pela educação e pelo Magistério Público Estadual.

Niterói, 29 de julho de 2021

Repercussão midiática



HOME ÚLTIMAS NOTÍCIAS CORONAVÍRUS RIO DE JANEIRO

SERVIDOR

Entidade critica taxaço de aposentados que ganham a partir de 1 salário mínimo

União dos Professores Públicos no Estado diz que, após anos sem reajuste, a medida afetaria o bolso dos servidores inativos

Portal do jornal O Dia deu repercussão a nota de repúdio

Sindicato encaminha ofício ao governador criticando veto à possibilidade de recomposição salarial na LDO

Documento também foi encaminhado aos secretários de Educação e Fazenda

A presidente da UPPE-Sindicato, Teresinha Machado da Silva, encaminhou ao governador Cláudio Castro, ofício criticando o veto ao artigo 47, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para 2022, que prevê esforços do governo para a elaboração de reajuste e recuperação das perdas salariais dos servidores. No documento, a educadora destaca a necessidade de um plano, por parte das autoridades governamentais do Estado, para a recomposição das perdas salariais do professorado fluminense. O ofício também foi encaminhado ao secretário estadual de Educação, Alexandre Valle, e ao secretário estadual de Fazenda, Nelson Rocha.

UPPES UNIAO DOS PROFESSORES PÚBLICOS NO ESTADO SINDICATO

Ofício nº 037 /UPPE-Sindicato /2021

Niterói, 23 de julho de 2021.

Ao Exm.º Governador do Estado do Rio de Janeiro
Senhor Cláudio Castro

Senhor Governador,

Vimos expressar o nosso descontentamento em relação ao veto do artigo 47 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado do Rio de Janeiro para 2022, que garante esforços do governo para a elaboração de um plano de reajuste e recuperação das perdas salariais dos servidores estaduais, que estão caminhando para o oitavo ano sem a recomposição das perdas inflacionárias, acumulando um déficit salarial de 45%, contribuindo para o empobrecimento da categoria do magistério e para a queda nos índices de aproveitamento escolar.

O salário inicial de um professor 16 horas na rede estadual é de R\$ 1.179,36, quase o valor do salário mínimo. Temos recebido diversas solicitações de professores que não estão conseguindo acompanhar o alto custo de vida gerado pela inflação e grande elevação dos demais índices. O Governo entende que devido ao Regime de Recuperação de Fiscal (RRF), ao qual o Estado do Rio de Janeiro encontra-se submetido, não pode adotar qualquer medida que resulte em aumento de gastos. No entanto, o que estamos solicitando é apenas a recomposição das perdas inflacionárias, previstas na Constituição Federal.

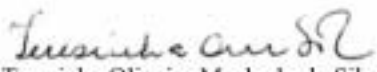
Embora não discordemos, causa-nos estranheza o mesmo Governo que alega a impossibilidade de realizar a recomposição dos salários dos educadores devido ao estado de calamidade pública financeira, desde 2016, sob o Regime de Recuperação Fiscal, pagar salários 11% maiores para os integrantes do primeiro e do segundo escalões do governo.

Reivindicamos que tal medida seja revista e contamos com o apoio de V.Ex.ª para que a categoria do magistério receba a devida valorização.

Certos de sua atenção e empenho.

Reiteramos, ao ensejo, nossas

Atenciosas saudações.


Teresinha Oliveira Machado da Silva
Presidente UPPE-Sindicato

Recomposição de 23%: UPPES acompanha os desdobramentos

Substitutivo do projeto de lei, aprovado na Alerj, que prevê recomposição salarial acumulada para os servidores públicos estaduais foi baseado no IPCA e será dividido em três parcelas percentuais, entre 2022 e 2024. O texto é autorizativo e depende da sanção do governador Cláudio Castro. A UPPES acompanha os desdobramentos

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, na última terça-feira (21/9), um substitutivo do projeto de lei que prevê recomposição salarial acumulada para os servidores públicos estaduais — com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — entre 6 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2021, dividido em três parcelas percentuais — incluindo aposentados e pensionistas que fazem jus à paridade. O projeto aprovado prevê uma recomposição salarial de até 23%. A UPPES está acompanhando o andamento das negociações e a sanção por parte do governador. O texto aprovado pelo legislativo é autorizativo e permite que o Executivo conceda a recomposição retroativa ao período de calamidade financeira, enfrentado pelo Estado do Rio de Janeiro, além das reposições anuais, a partir de 2022.

As três parcelas da recomposição serão incorporadas



ao salário da categoria da seguinte forma: 50% (11,5% de recomposição) no primeiro bimestre de 2022, mais 25% (5,75% de recomposição) no primeiro bimestre de 2023, e o restante (5,75% de recomposição) no primeiro bimestre de 2024. Mesmo com a aprovação pela Alerj, o texto segue para a sanção do governador Cláudio Castro.

A UPPE-Sindicato tem reivindicado, permanentemente, a devida recomposição salarial dos professores da Rede Estadual de Ensino, uma vez que a categoria está, desde 2014, sem

Octacílio Barbosa/ Divulgação Alerj

nenhum reajuste salarial. Muitas foram as ações, no âmbito do executivo estadual e federal, bem como na esfera legislativa. Na última reunião com o secretário de estado de educação, Alexandre Valle, a diretoria do sindicato cobrou do chefe da pasta um posicionamento efetivo do governo, em relação à valorização da categoria. Inúmeros ofícios têm sido encaminhados, ao longo dos anos, para reivindicar que sejam cumpridas, no mínimo, as recomposições das perdas inflacionárias.

Presidente da UPPES cobra valorização dos servidores

Para a presidente da UPPES, Teresinha Machado da Silva, o percentual de recomposição ainda é muito baixo, levando em conta a alta dos preços, nos últimos anos. Na visão da educadora, falta uma política de valorização da carreira do magistério como um todo. “Toda recomposição é bem-vinda. Contudo, se levarmos em conta a alta dos preços, nesses quase oito anos, sem nenhuma recomposição salarial, teremos um índice de perdas salariais muito maiores do que o que está sendo ofertado. Faltam, na verdade, políticas públicas de valorização da carreira docente, com a devida valorização salarial, além de condições de trabalho adequadas para o pleno desenvolvimento educacional de crianças e jovens. Quando não valorizamos os educadores e não investimos na educação, deixamos de avançar como sociedade”, afirmou. De acordo

com a professora, a educação e os servidores merecem muito mais do que 23% dividido em três parcelas. “Ainda é pouco, merecemos mais, se levarmos em conta os anos sem reajustes e as perdas salariais da categoria”, assinalou. Segundo ela, no período de pandemia, a importância dos professores e diversas categorias profissionais de servidores públicos ficaram mais evidentes. “O professor teve de se desdobrar para manter o ensino dos alunos, investiu em material de trabalho, buscou aperfeiçoamento nas ferramentas tecnológicas e garantiu que, mesmo diante de um cenário de pandemia, o ensino fosse ofertado. Assim como os médicos, enfermeiros e todos os profissionais de saúde. Além dos servidores da segurança pública, dentre outras categorias que mantiveram o funcionamento das instituições”, frisou.

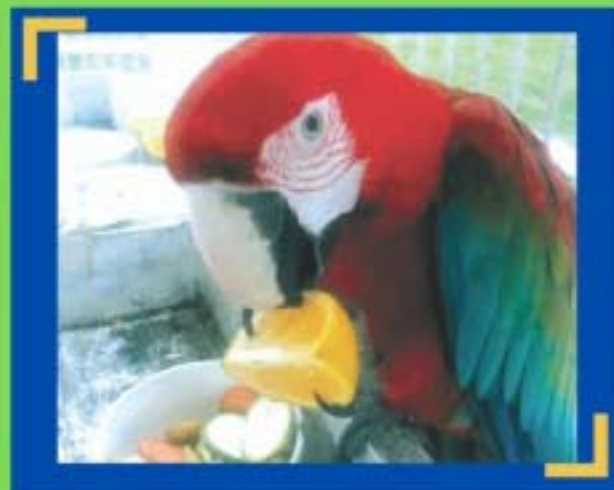
Servidores públicos do Estado acumulam perdas salariais na faixa dos 45%

Em estudo encomendado pelo Fórum Permanente de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Fosperj), publicado no jornal Extra, em 27 de junho, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontou perdas salariais dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro na faixa dos 45%. O magistério público da rede básica de ensino, está, desde 2014, sem nenhuma recomposição salarial, conforme a UPPE-Sindicato tem criticado, veementemente. Algumas categorias, como a dos

docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), estão há 20 anos, sem nenhum reajuste. Na visão da presidente da UPPES, Teresinha Machado da Silva, tal fato compromete a qualidade do serviço público ofertado à população do estado do Rio de Janeiro.



Casa do Professor



Hospedagem, Cultura e Lazer

Telefone: (21) 2617-6316; Estrada Caetano Monteiro, 4.550 - Pendotiba, Niterói- RJ

Atenção

Rioprevidência
**Prova de
Vida
suspensa
em 2021**



O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) informa que a Prova de Vida, para aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro, está suspensa, até o final do ano de 2021.

A previsão é que o procedimento volte a ser exigido, a partir de janeiro de 2022.

De acordo com o comunicado, apesar dos avanços substanciais no combate à pandemia de Covid-19, a situação ainda requer cautela e a medida visa preservar a saúde dos segurados, em sua maioria idosos.

Para mais informações, o segurado pode acessar : www.rioprevidencia.rj.gov.br

Em caso de dúvidas, Ligue para a UPPE-Sindicato (21) 2717-6025.

**Professor,
Filie-se!**

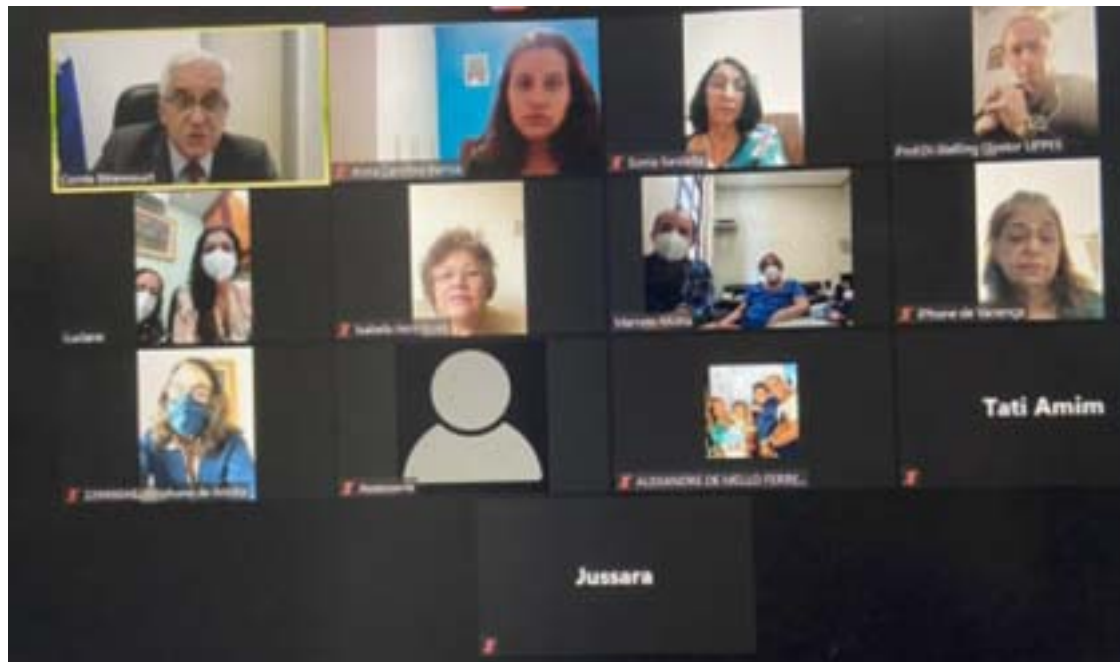
Última reunião, antes da despedida: Comte Bittencourt se reúne com diretores da UPPE-S

O ex-secretário estadual de Educação Comte Bittencourt se despediu da pasta com última reunião com membros da diretoria da UPPE-Sindicato

Membros da Diretoria da UPPE-Sindicato participaram de reunião com o secretário estadual de Educação, Comte Bittencourt, em 2 de junho, por videoconferência. A reunião teve como pauta os oito meses de gestão e marcou a despedida do chefe da pasta do cargo. Os educadores, mais uma vez, ressaltaram a necessidade de valorização da categoria.

Representando a presidente da UPPE-S, Teresinha Machado da Silva, a professora Luciane Azevedo destacou os sete anos sem recomposição das perdas inflacionárias do magistério público estadual. Segundo ela, o salário do professor, cada vez mais, se aproxima do salário mínimo. “A UPPE-Sindicato tem cobrado a recomposição das perdas inflacionárias, isso nem é considerado reajuste salarial. Atualmente, um professor inicia a carreira, na carga horária de 16h, com um salário de R\$ 1.179,32, daqui a alguns anos, ninguém mais vai se interessar pela carreira docente”, frisou.

O diretor de Relações Públicas e Divulgação da UPPE-S, Raymundo Nery Stelling Junior, enfatizou que as melhorias adotadas para os professores da ativa também precisam se refletir nos professores aposentados. “Se continuarmos com o quadro atual, sem a previsão da recomposição, chegaremos a um ponto que o professor vai chegar a receber meio salário mínimo e, talvez, nem isso, algo que afetará a qualidade da educação. Outra questão séria é que as medidas adotadas aos ativos sejam também estendidas aos aposenta-



dos. São educadores que dedicaram suas vidas ao magistério e precisam de valorização”.

Reajuste no auxílio-alimentação e melhora no acesso à internet

O secretário estadual de educação se despediu da pasta apresentando dados relativos a investimentos e regularizações por parte da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) como busca ativa de estudantes que abandonaram os estudos, avaliação diagnóstica sociemocional dos estudantes e o aumento da conectividade nas unidades de ensino da rede que aumentou de 2 megabytes de conexão para 200 mb. Dentre as realizações da Seeduc, o chefe da pasta também destacou o reajuste do auxílio alimentação que passou de R\$ 160 para R\$598 (professor de 40h) e o pagamento do auxílio tecnológico de R\$1.500, previsto para o mês de junho, em folha suplementar.

Reconhecimento pela atuação da UPPE-S



Comte Bittencourt (foto) agradeceu as contribuições da UPPE-Sindicato e ressaltou a importância do diálogo com a entidade, nos seus oito meses de gestão à frente da Seeduc. “Termino meu ciclo entendendo que foram oito meses muito intensos e que a gente buscou avançar naquilo que era possível. Quero agradecer muito a participação da UPPE-S, o diálogo que mantivemos. Peço descul-

pas por alguma falta que eu possa ter cometido à frente da Seeduc. O governador teve coragem muito grande em me convidar para ser secretário sabedor de que ambos estamos em campos políticos diferentes no estado, mas quero agradecê-lo por me dar carta branca para tocar os projetos da Secretaria”, salientou.

Também participaram da reunião as diretoras: Abigail Amim, Annita Ferro da Cunha, Eliane da Costa Seabra, Neuza Caldas Maia, Vanença Moraes, Sonia Sardela de Souza e Jussara de Jesus Miranda. A professora Isabela Henriques participou da reunião representando a diretora da Subseção de Campos dos Goytacazes, Célia Marins Peixoto.

Acesse: www.uppes.com.br

Alto índice de contaminação representa risco para retorno das aulas presenciais

A UPPE-Sindicato tem acompanhado os desdobramentos acerca das afirmativas de um possível retorno das atividades presenciais, nas escolas da Rede Estadual de Ensino. A diretoria do sindicato tem externado sua preocupação com a saúde e a vida de professores, alunos, servidores administrativos e da sociedade de um modo geral, diante de um elevado número de contágios, devido à nova variante Delta, da covid-19. Para a presidente da entidade, há risco eminente. “Não achamos viável a abertura das escolas, enquanto essa pandemia não for debelada. A nosso ver, é necessário o controle total desta pandemia para o retorno efetivo das atividades”, afirmou a presidente da UPPE, Teresinha Machado da Silva (Foto).



De acordo com a educadora, parte significativa das unidades de ensino da rede pública não possui infraestrutura adequada para atender às exigências das normas sanitárias. “Temos escolas com prédios antigos, proble-

mas de infraestrutura, além de déficit de pessoal para nos adequarmos às normas exigidas pelas autoridades de saúde para o exercício pedagógico com a devida segurança para educadores e alunos”, frisou.

Variante Delta é responsável por cerca de 90% das amostras sequenciadas no RJ



A variante Delta continua a crescer em proporção de casos confirmados no Rio de Janeiro. Dos 377 genomas analisados, no último sequenciamento, feito pela Rede Corona-Ômica do estado, entre os dias 4 e 16 de agosto, 89,14% eram da linhagem originária da Índia e apenas 10,86% da Gamma (P.1).

No levantamento feito, entre 26 de junho e 31 de julho, a Delta havia sido responsável por 61,08% das amostras sequenciadas, tendo, pela primeira vez,

ultrapassado a variante Gamma e se tornado a predominante no estado. Segundo dados do painel da Secretaria de Estado de Saúde (SES), o Rio de Janeiro tem 1.125.567 casos confirmados e 62.248 mortes em decorrência da Covid-19. Na plataforma, o estado tem sete cidades com ocupação de leitos de terapia intensiva para Covid-19 entre 90% e 100%. A capital, local onde apresenta a maior incidência dos casos no estado, a taxa está em 96%.

Fonte: CNN

Alerj: Relatório da Comissão de Educação identifica problemas de infraestrutura e falta de pessoal

As condições estruturais, sanitárias e pedagógicas para retorno das atividades presenciais na rede estadual de ensino foi tema de audiência pública, da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no dia 31 de agosto. Representando a UPPE-Sindicato, a professora Luciane Azevedo criticou o retorno das atividades presenciais sem os devidos protocolos sanitários. O debate contou com a presença de representantes da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) e do Ministério Público Estadual.

A educadora, que representou a presidente da UPPE, Teresinha Machado da Silva, destacou que reconhece a importância do retorno das aulas presenciais e a dificuldade de implementar o ensino a distância, na rede pública de ensino, em virtude da dificuldade de acesso de sig-



nificativa parte do alunado fluminense. “Embora as aulas presenciais sejam de extrema importância, sobretudo para aqueles estudantes que se encontram em estado vulnerável e com grandes dificuldades de acompanharem as atividades remotas, nesse momento, é necessária uma atitude muito responsável de adequar os protocolos sanitários, evitando que seja propagada a variante delta (da covid-19)”, frisou.

Durante a audiência, o presidente da Comissão de Educação, deputado Flávio Serafini, apresentou um relatório desenvolvido pelo colegiado, onde foram apontadas as dificuldades de retorno das aulas presenciais nas unidades de ensino da rede estadual. Na visão da professora Luciane Azevedo, o relatório reforça o posicionamento da UPPE. “Como o próprio relatório sinaliza, muitas escolas não possuem o quantitativo

suficiente de funcionários da limpeza, além de não terem recebido os recursos necessários para a devida higienização e também não possuem funcionários para aferirem a temperatura dos alunos. Conforme citado, muitas dessas salas possuem a janela lacrada, não possibilitando a circulação de ar. Além disso, em algumas salas de aula, o distanciamento de dois metros entre alunos e professores não está sendo respeitado”, assinalou.

Relatório

De acordo com o relatório apresentado pela Comissão de Educação, durante as vistorias, foi identificado que uma a cada quatro escolas tem problemas com ventilação nas salas de aula; 40% das unidades escolares têm dois portões de entrada, porém só 12% estão com as duas portarias funcionando. Outro dado apontou que há falta de profissionais de limpeza para manter os protocolos de higienização necessários. O deputado Flávio Serafini afirmou que o relatório foi enviado ao Executivo, há 20 dias, e os parlamentares cobrarão as melhorias necessárias. Dentre os problemas apresentados no relatório estão: a falta de ventilação adequada; número insuficiente de profissionais de limpeza; ausência de porteiro para o controle de fluxo e aferição de temperatura; além de problemas de infraestrutura, em algumas unidades.

Reforma do Ensino Médio: Representante da UPPEES cobra diálogo com os educadores

Educadora relatou falta de transparência por parte da Seeduc

A Reforma do Ensino Médio foi debatida na audiência pública da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 30 de junho, por videoconferência. Representando a UPPE-Sindicato, a professora Luciane Azevedo criticou a falta de diálogo da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) para implementação da reforma.

A educadora, que representou a presidente da UPPEES, Teresinha Machado da Silva, ressaltou que é necessário ouvir os educadores e toda a comunidade escolar. “Ao contrário do que foi colocado pela Seeduc, os itinerários normativos não serão, necessariamente, escolhidos pelo estudante. Eles serão contemplados conforme as condições de cada escola em ofertá-los”. Segundo ela, não estão sendo levadas em consideração as condições estruturais das unidades de



Audiência pública foi realizada, por videoconferência, no dia 30 de junho.

ensino.

A sindicalista defendeu a valorização do professor e sua importância no desenvolvimento educacional dos alunos. “A premissa de escolha, especialmente nas escolas públicas, é uma incógnita, diante do déficit histórico de recursos humanos. Não é difícil prever o cenário nessas instituições. Os quadros de educadores, certamente, serão reduzidos uma vez que, com a aprovação da proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), até mesmo os componentes curriculares de português e matemática, com base na reforma,

poderão ser ministrados a distância. Isso vem corroborar, mais ainda, com a desvalorização do professor”, afirmou.

A professora Luciane Azevedo chamou a atenção para importância da formação docente no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a possibilidade de atuação de pessoas não formadas na área, atuando como professor por notório saber, proposto no texto base da reforma do ensino médio. “A formação do professor é indispensável, pois há saberes e convivências que são específicas da docência. Uma disciplina esco-

lar não condiz apenas com o conteúdo escrito, é preciso compreender o processo de ensino-aprendizagem. Então, como vamos aceitar um notório saber desprezando a formação docente?”, assinalou.

Presidida pelo deputado Flávio Serafini, presidente da Comissão de Educação da Alerj, a audiência pública contou com a participação de representantes de diretores escolares, do Conselho Estadual de Educação, de especialistas em educação, além de educadores e representantes de estudantes.

Novo Ensino médio é criticado em escuta pública do Conselho

A reforma do Ensino Médio foi tema da segunda escuta pública do Conselho Estadual de Educação (CEE), em 14 de agosto, realizado por videoconferência. Representando a UPPE-Sindicato, a professora Luciane Azevedo criticou o novo modelo de ensino a ser implementado, a partir de 2022. O debate contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), além de conselheiros do CEE, especialistas em educação e representantes de alunos.

A educadora, que re-

presentou a presidente da UPPEES, Teresinha Oliveira Machado da Silva, ressaltou a demora na construção de um diálogo sobre o tema. “A nosso ver, essa escuta pública está um pouco atrasada, uma vez que a versão foi elaborada, durante o período de pandemia, não havendo a possibilidade de nos reunirmos presencialmente, a fim de discutirmos um tema de extrema importância, onde muitas escolas serão impactadas, devido às alterações, bem como a vida de milhares de estudantes”, frisou.

Segundo ela, a diretoria da UPPE-Sindicato tem visto

com muita preocupação a reforma, devido ao elevado número de mudanças ocorridas no ensino, nas últimas duas décadas. “É preciso salientar que é essencial que a rede estadual de ensino ofereça todos os itinerários formativos em todas as escolas, para que os estudantes tenham a possibilidade de fazerem suas escolhas e não sejam ofertadas conforme as condições de cada escola”, assinalou.

A sindicalista também destacou os problemas estruturais enfrentados pelas unidades públicas de ensino. “Diante do déficit histórico estrutural e de

recursos humanos nas escolas públicas, que é algo bastante antigo, não é difícil prevermos o cenário nessas instituições, no que diz respeito aos educadores. O quadro de docente tende a ser reduzido, pois, basicamente, não precisarão de professores, em sala de aula. Não podemos deixar de salientar que esse processo precariza, ainda mais, a docência, que já é conhecida pelos exíguos salários que recebem e caminha para o oitavo ano sem, nem mesmo, a recomposição das perdas inflacionárias”, salientou.

Pauta econômica e salarial da Seeduc

A pauta econômica e salarial da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) foi tema da audiência pública da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), na última quarta-feira (26/5). Representando a UPPE-Sindicato, o diretor de Relações Públicas e Divulgação da UPPEES, Raymundo Nery Stelling Junior, e a assessora técnica da presidência, Luciane Azevedo, reivindicaram a valorização salarial do magistério. O debate contou com a presença do secretário estadual de Educação, Comte Bittencourt.

O professor Stelling destacou o grave quadro atual de desvalorização dos educadores ativos e aposentados. Segundo ele, falta um olhar do poder público em pauta tão importante para o país como um todo. “Infelizmente, o que assistimos, historicamente, é a desvalorização que é preocupante. Que tipo de país se pretende? Que tipo de sociedade se pretende? Que forma alternativa pode se pensar de desenvolvimento, em qualquer lugar do mundo, que não tenha sido em investimento pesado na educação? Não há outra forma”, frisou.

O sindicalista ressaltou as constantes cobranças da UPPE-Sindicato em prol do magistério público estadual. “Nossa presidente, Teresinha Machado, recorrentemente, faz contato direto e cobra das autoridades essas questões, pois entendemos que educação precisa ser tratada como prioridade, já que sem esse norte, ficará difícil, uma vez que sabemos que o professor é o elemento propulsor do desenvolvimento”

Regionais da UPPE-Sindicato

A UPPE-Sindicato está presente em todas as regiões do estado. Professor, Saiba qual representante está mais próximo da sua região.

Devido a medidas de prevenção contra o coronavírus, estamos realizando atendimento, pelo telefone, de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h.

Região Metropolitana —

Atuação da Diretoria Executiva

Belford Roxo | Duque de Caxias | Eng. Paulo de Frontin | Guapimirim | Itaboraí | Itaguaí | Japeri | Magé | Maricá | Mendes | Mesquita | Miguel Pereira | Nilópolis | Niterói | Nova Iguaçu | Paracambi | Petrópolis | Queimados | Rio Bonito | Rio de Janeiro | São Gonçalo | São J. de Meriti | Seropédica | Silva Jardim | Tanguá | Teresópolis

1ª Região

Diretora: Abigail Rosa Amim

(21) 2717-6025

Angra dos Reis | Barra do Piraí | Barra Mansa | Itaiaia | Mangaratiba | Paraty | Pinheiral | Piraí | Porto Real | Quatis | Resende | Rio Claro | Valença | Volta Redonda.

2ª Região

Diretora: Maria Aparecida Travassos de Moraes

(24)98815-2826 E-mail: cidatmoraes@hotmail.com

Rio das Flores | Paraíba do Sul | Três Rios | Areal | Sapucaia | S.J. do V.Rio Preto | Vassouras | Paty do Alferes | Levy Gasparian

3ª Região

Diretora: Annita Ferro da Cunha Lima

(22) 2522-3458 E-mail: annitaferro@bol.com.br

Bom Jardim | Cachoeiras de Macacu | Cantagalo | Nova Friburgo | Cordeiro | Duas Barras | São Sebastião do Alto | Macuco | Trajano de Moraes | Santa Maria Madalena | Sumidouro | Carmo.

4ª Região

Diretora: Marilene Ravizzini Kilpp

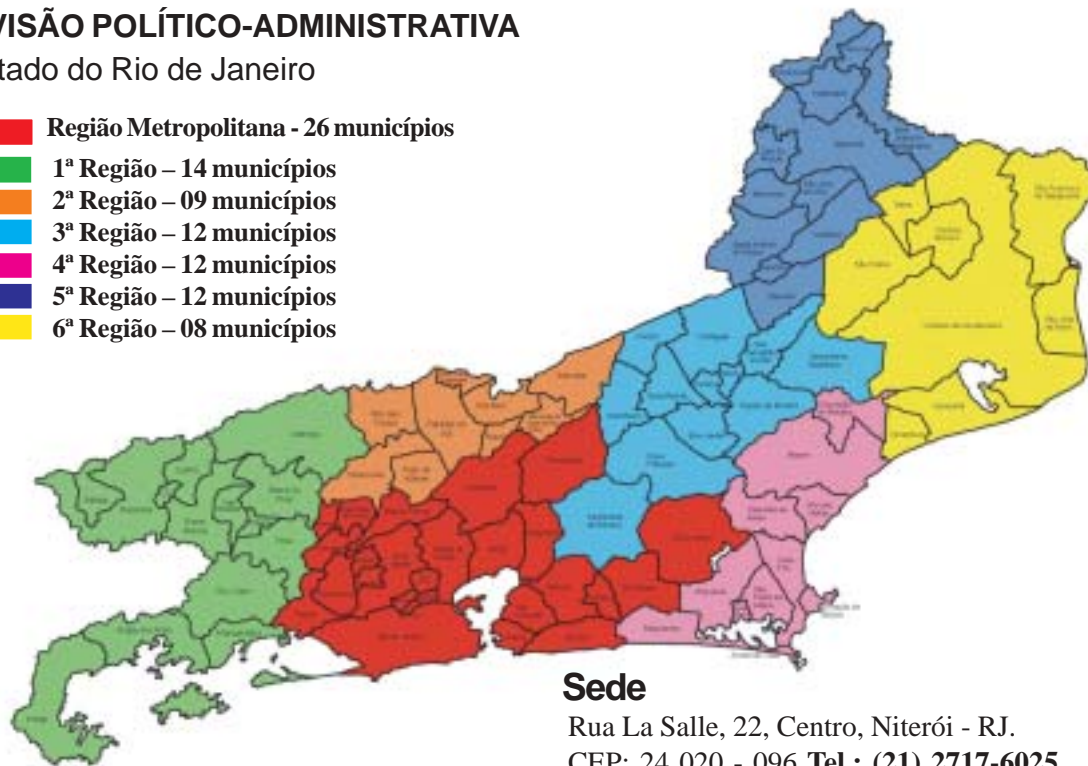
(22) 99979-5522 E-mail: seccoazevedo@globo.com

Araruama | Armação dos Búzios | Arraial do Cabo | Cabo Frio | Iguaba Grande | São Pedro da Aldeia | Siquemema | Barra de São João | Casimiro de Abreu | Conceição de Macabu | Macaé | Rio das Ostras.

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Estado do Rio de Janeiro

- Região Metropolitana - 26 municípios
- 1ª Região - 14 municípios
- 2ª Região - 09 municípios
- 3ª Região - 12 municípios
- 4ª Região - 12 municípios
- 5ª Região - 12 municípios
- 6ª Região - 08 municípios



Sede

Rua La Salle, 22, Centro, Niterói - RJ.

CEP: 24 020 - 096 Tel.: (21) 2717-6025

Subsede Campos dos Goytacazes

Praça Santíssimo Salvador, 41/301

Centro, Campos dos Goytacazes - RJ

CEP: 28 010 - 000 Tel.: (22) 2722-6837

uppescampos@gmail.com

Subsede Nova Friburgo

Rua Portugal, 40 / 601, Centro, Nova Friburgo -

RJ CEP: 28.610 - 135 Tel.: (22) 2522-3458

uppesfriburgo@uppes.com.br

Subsede Itaocara

Rua Aristides Scisínio Dias, 31, Centro, Itaocara -

RJ CEP: 28.570 - 000 Tel.: (22) 3861-9238.

itaocara@uppes.com.br

Casa do Professor

Estrada Caetano Monteiro, 4.550, Pendotiba,

Niterói - RJ CEP: 24 320-570 Tel.: (21) 2617-6316

casadoprofessor@uppes.com.br

5ª Região

Diretora: Jussara M. de Jesus Miranda

(22)99816-2127

Aperibé | Bom Jesus do Itabapoana | Cambuci | Itaocara | Itaperuna Laje do Muriaé | Miracema | Natividade | Porciúncula | Santo Antônio de Pádua São José de Ubá | Varre-Sai.

6ª Região

Diretora: Célia Marins Peixoto

(22) 2722-6837

Campos | Italva | São Francisco do Itabapoana | Cardoso Moreira | São João da Barra | São Fidélis | Carapebus | Quissamã.

Para mais informações: www.uppes.com.br

Alerta de Fraude

Prezado filiado(a),

A União dos Professores Públicos no Estado – Sindicato (UPPES) **não entra em contato, em nenhuma hipótese, solicitando depósitos de valores para recebimento de indenizações relativas a processos.**

Orientamos que procurem a UPPES, a fim de esclarecer qualquer dúvida acerca das ações judiciais.

Sede:

Rua La Salle, 22, Centro, Niterói - RJ
CEP: 24020-096
Tel.: (21) 2717-6025

Casa do Professor: Estrada
Caetano Monteiro, 4.550, Pendotiba,
Niterói - RJ CEP: 24320-570
Tel.: (21) 2617-6316.

Subsedes da UPPES:

Em Campos dos Goytacazes: Praça do
Santíssimo Salvador, 41/301, Centro,
Campos dos Goytacazes - RJ • CEP:
26010-000 Tel.: (22) 2722-6837.

Em Nova Friburgo: Rua Portugal, 40 /
601, Centro, Nova Friburgo - RJ • CEP:
26610-135 • Tel.: (22) 2522-3458.

Em Itaocara: Rua Aristides Scisínio
Dias, 31 - Centro, Itaocara- RJ CEP:
28570-000
Tel.: (22) 3861-9238

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Teresinha Oliveira
Machado da Silva;

Secretária-Geral: Lucinda Pereira
Bezerra de Menezes;

Tesoureira: Eliane da Costa S. Seabra;

Secretária: Sonia Maria Sardella de
Souza;

Diretora do Departamento Assistencial:
Vanença de Souza Moraes;

Diretora de Biblioteca e Criatividade:
Neuza Caldas Maia

Diretor de Relações Públicas e Divulgação:
Raymundo Nery Stelling Júnior;

DIRETORIA REGIONAL:

1ª Região: Abigail Rosa Arnim
2ª Região: Maria Aparecida T. Moraes
3ª Região: Subsede N.Friburgo: Annita
F. da Cunha Lima
4ª Região: Marlene Ravizzini Klipp
5ª Região: Subsede Itaocara: Jussara
Maria de Jesus Miranda

6ª Região: Subsede Campos dos
Goytacazes: Célia Marins Peixoto

CONSELHO CONSULTIVO:

Cleidy Bertoni Ribas
Edda Maria Balbi
Irinéa Pereira Gomes
José Antonio Azeredo
Maria Candida Leal Cordeiro

CONSELHO FISCAL:

Doris S. Abreu de Oliveira
Maria de Lourdes Ventura Brígido
Therézinha Pacheco Rodrigues
Carmem Ravizzini Lima (Suplente)
Leda Maria Lebre Lessa (Suplente)
Leila de Castro Meconi (Suplente)

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Marcelo Machado da Motta
(Mtb-34235/RJ)

Publicitária
Anna Carolina Barros Machado

Revisão
Luciane Lobo de Azevedo

www.uppes.com.br
republicas@uppes.com.br

Edição Digital Especial